



Uma entrevista com professor Eric Brasil

Os caminhos de um historiador, do manuscrito ao digital

Entrevistado

Eric Brasil Nepomuceno

Doutorado em História (2012-2016) pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, em Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Professor do curso de História e do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), campus Malês, em São Francisco do Conde, Bahia, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/6853705640900524>

<https://orcid.org/0000-0001-5067-8475>

Entrevistadora

Rita de Cassia Maia da Silva

Museóloga, Doutora em Comunicação e Cultura contemporâneas – UFBA, Salvador, Bahia, Brasil

Docente do Programa de Pós-graduação e do curso de bacharelado em Museologia da Universidade Federal da Bahia, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/7369127117378262>

<https://orcid.org/0000-0002-5777-3528>

ritamaiapro@gmail.com

Submetido em: 29/09/2023. Aprovado em: 22/05/2024. Publicado em: dd/mm/aaaa.

INTRODUÇÃO

Esta entrevista traz um panorama sobre as possibilidades de contribuição das metodologias advindas do campo das humanidades digitais para a pesquisa em acervos. A interlocução entre a história e a museologia se dá na lida com a memória coletiva. Assim, considere interessante estabelecer esta interlocução com o Professor Eric Brasil, destacando, principalmente, sua trajetória como pesquisador para demonstrar a abertura de possibilidades que a familiarização com os ferramentais digitais de investigação traz para o avanço da produção científica em nossa área. Do mesmo modo, o recorte geracional da sua trajetória, desde a sua formação inicial aos desdobramentos interdisciplinares da sua pesquisa, está diretamente vinculado à implantação das políticas públicas de ações afirmativas e incentivos à produção científica de qualidade para as universidades, tornando-as mais inclusivas e acessíveis nos seus serviços e na sua produção para as várias camadas populacionais da sociedade brasileira.

Rita Maia - Saudações professor Eric Brasil, antes de tudo gostaria de lhe agradecer o aceite para este diálogo sobre as contribuições das Humanidades Digitais para o campo da pesquisa em história e do patrimônio. Para iniciar, gostaria que o senhor falasse da sua trajetória e dos marcos na sua carreira de pesquisador que conduziram para um aprofundamento nesta área.

Eric Brasil - Muito obrigado pelo convite. Em princípio gostaria de dizer que é sempre um desafio falar de si mesmo em entrevistas. Refletir sobre você mesmo e sobre a sua trajetória é uma coisa que nós fazemos pouco. Escrevemos sobre o tema das nossas pesquisas e não costumamos parar para fazer essa reflexão. Assim, eu vou tentar fugir do que o Pierre Bourdieu chama de ilusão biográfica que é aquela em que você vai buscar no passado um caminho lógico que vai te conduzir até o hoje. O meu caminho, realmente, não foi assim. Eu não pensava que hoje, em 2023, eu estaria no campo da História Digital. A minha formação foi toda em História, na Universidade Federal Fluminense, lá em Niterói, no Rio de Janeiro. Os meus estudos iniciais foram bastante ligados à história social da cultura. Eu trabalho, sobretudo, com pesquisas que buscam compreender as experiências sociais das pessoas que faziam o carnaval no fim do século 19 e no início do século 20, inicialmente no Rio de Janeiro, mas as pesquisas avançaram pelas Afro-Américas. Acabei pesquisando sobre experiências similares às das associações carnavalescas do Rio de Janeiro, comparando com as de Trinidad e Tobago, no Caribe. A minha pesquisa é muito ancorada numa história social thompsoniana buscando olhar para cultura e as relações materiais por trás daquilo que possibilita a atuação pública dessas pessoas. O meu estudo era, até bem recentemente, bastante “clássico” por trabalhar com fontes impressas e com jornais, sobretudo, mas também com muita documentação policial, pois nós que estudamos cultura popular e as pessoas que não detém os meios de produção, trabalhamos muito com documentação policial, com relatos de jornal produzido por aqueles que queriam perseguir e que queriam reprimir essas pessoas, as suas formas de experiências e escolhas na disputa pelo espaço público. Assim,

o meu trabalho foi muito nesse sentido, e ainda é. Na UFF, eu comecei em um período que, para mim, foi um grande privilégio. A minha geração é uma das primeiras formadas no governo Lula. Entramos em 2003-2004, e acabamos tendo a oportunidade de participar de uma série de projetos com bolsas que estavam, naquele momento, em ebulição - sobretudo com a expansão Universitária, o REUNI. A minha geração, se posso dizer assim, que terminou a graduação por volta de 2008, 2009, forma um grupo grande que viu os cursos de humanidades se expandirem, cursos que transformavam. Era a ampliação do acesso às universidades das populações historicamente oprimidas e que sofriam com as desigualdades desse país, e ainda sofrem, mas que puderam, em certa medida, disputar esse espaço com maior volume a partir de 2004, 2005 com a implementação de fato das cotas, etc. E eu estou meio que nesse movimento, fazendo um ego história aqui. Pude participar de um projeto que mudou a minha vida, minha carreira profissional, mas também a minha formação como pessoa que foi ser bolsista do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI). No ano que vem faz 20 anos (eu acho) que eu comecei lá, sob a orientação de Marta Abreu e Hebe Matos, com um grupo grande de bolsistas que entrou num projeto para estudar Jongos, Calangos e Folias de Reis no Sudeste, mas sobretudo, no Vale do Paraíba fluminense. Ali foi a primeira vez que eu topei com a tecnologia sendo usada para fazer história. Isso olhando para o passado, eu ainda não tinha essa reflexão, mas era ali que, pela primeira vez, eu pude mexer numa ilha de edição, fazer decupagem de entrevistas e pensar, junto com toda a equipe, como ia ser apresentado o resultado da pesquisa: em forma de filme, documentário, websites, banco de dados... Eu tava no meu terceiro ou quarto período e foi a primeira vez que eu vi isso sendo aplicado de forma prática para a produção do conhecimento histórico, sobretudo com os trabalhos sobre memória. Eu pude fazer ali amizades para a vida toda, mas também formar um caminho de reflexão que inicialmente foi teórico e muito importante para mim, de pensar sobre como fazer a história de sujeitos que são subalternizados e oprimidos de uma forma empática, de uma forma que eu não estou ali para dar a voz, mas para pesquisar e compreender como que o passado se relaciona com presente. E as perguntas que fazemos para o passado estão totalmente ligadas com as questões políticas do presente. Então, eu serei sempre grato por esse momento e por ter tido as bolsas de iniciação científica e depois de Mestrado e doutorado e também uma bolsa sanduíche. Tudo isso possibilitou que eu desenvolvesse minhas pesquisas. Essa é minha trajetória clássica de estudante. O doutorado foi um momento em que me desperta uma reflexão metodológica, a partir de um conjunto de dados digitais e ferramentas digitais que eu comecei a utilizar de forma intuitiva e pouco criteriosa - e eu acho que isso é uma coisa comum para a grande maioria dos pesquisadores contemporâneos, que estão hoje na ativa. É importante pensar em como isso vai impactar daqui a uns 10 - 15 anos, porque isso demanda uma formação profissional diferente e esse debate é urgente. Podemos falar disso depois, mas acho que afeta muito também nossa geração, que vivenciou o surgimento da web 2.0, das mídias sociais e do *boom* da digitalização do fim dos anos 1990 e início dos anos 2000. Eu comecei a trabalhar com jornais da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, um projeto que faz parte da BNdigital,

um projeto do qual eu sou, não só um usuário, mas ferrenho defensor, propagador, divulgador dessa iniciativa impressionante. Eu tenho argumentado nas minhas últimas pesquisas que a HDB tem alterado não só a forma de pesquisar, mas também tem impactos epistemológicos para produção do conhecimento. Podemos falar disso depois. Então, eu comecei, no doutorado, a utilizar a Hemeroteca Digital Brasileira para pesquisar os jornais do Rio de Janeiro. Ela foi lançada em 2012, e eu entrei no doutorado em 2012. Então no meu mestrado inteiro, em que eu trabalhei com os carnavais da década da Abolição da escravidão no Rio, eu saía de São Gonçalo e ia na Biblioteca Nacional e ficava lá transcrevendo, lendo os jornais no microfilme, que já era uma tecnologia bastante transformadora, ficava lendo e transcrevendo. Inicialmente em cadernos, montes e montes de cadernos de transcrições. Então, aquele ferramental que me possibilitou ler o jornal de um jeito, me direcionou para construir um método de uma determinada forma, e ele me possibilitou criar perguntas específicas. Então, eu sempre gosto dessa comparação: no meu mestrado eu li os jornais inteiros. Eu escolhi três jornais e fiz um debate para selecionar, e li esses jornais nos dias de carnaval, uma semana antes e uma semana depois, lendo todos eles, pois não tinha a busca por palavra no jornal. Quando eu comecei o doutorado, avancei no tempo, eu fui estudar a República - o pós-abolição, e não mais o período das lutas pela Abolição. Eu encontrei a Hemeroteca Digital recém-lançada e eu podia pesquisar por palavra, podia pesquisar de casa, no meu computador. Eu podia fazer buscas específicas por termos que me interessassem, que retornavam uma lista organizada de ocorrências. Nesse primeiro momento, acho que eu e todo mundo, usávamos essa ferramenta com muito otimismo e muita esperança, mas também com pouquíssimo cuidado metodológico. Hoje eu olho para trás e vejo que eu faria os registros dos processos metodológicos de uma forma mais cuidadosa. Porém essa busca me possibilitou fazer outras perguntas às fontes. E isso é uma mudança muito significativa. Eu estou dando meu exemplo pessoal, mas acredito que muitas pessoas se identificam com isso. Então, do método que eu desenvolvi no doutorado foi o seguinte: ir ao Arquivo Nacional, passei alguns meses lá no Rio de Janeiro, lendo os documentos policiais sobre o carnaval, eram licenças pedidas pelas associações carnavalescas, e fotografando: é mais um método tecnológico de digitalização amadora, produzindo o meu conjunto de dados das licenças para sociedades carnavalescas saírem no carnaval. Então entre 1900 e 1917 eu devo ter fotografado mais de mil licenças e levava para casa. Fotografava e a minha relação com arquivos é diferente da relação anterior, porque eu precisava, no arquivo, ler, entender, selecionar ali, no próprio espaço físico do arquivo. Agora, não. Agora eu chego no arquivo e fotografo tudo que eu posso e vou para casa lidar com as fontes de outra forma. Depois disso, eu fiz um grande banco de dados com todas as informações que eu tinha nessas mil licenças. A partir desses dados eu fui para a Hemeroteca Digital buscar pessoas, associações e pensar as relações entre esses sujeitos. Isso ampliou muito as possibilidades de fazer perguntas, porque eu passei a encontrar um sujeito, que eu só tinha visto no carnaval, pedindo licença para participar de uma festa, sendo um sindicalista, participando de uma feijoada no 13 de Maio, como membro de uma associação religiosa, numa festa da Irmandade do Rosário ou numa

escola noturna, participando de uma inauguração e etc. Então, a partir do momento que essa ferramenta, esse repositório, esse motor de busca, me possibilitou acessar experiências sociais que eu não consegui na minha pesquisa de mestrado, eu conseguiria reproduzir essa mesma pesquisa, sem essas ferramentas digitais? Essa questão importante; é um questionamento sempre bom de levantar. Eu entendo que não. A não ser que eu tivesse um batalhão de bolsistas e eles ficarem lendo o jornal o ano todo, transcrevendo e depois criamos essas redes, porém essa não é a realidade da prática da historiografia e das humanidades como um todo. Então eu defendi meu doutorado em 2016, mas isso não era uma questão teórica profunda; não era para mim, como acho que não era, e ainda não é, para muitas pessoas. Mas muitos professores importantes ao longo da minha formação, me levantavam questões que ficaram: “mas você já pensou que assim você não leu o jornal inteiro? Assim você procura exatamente o que você quer encontrar?” Então, eu precisei, ao longo do meu doutorado, construir uma argumentação mostrando que eu estava ciente disso, e que a própria ferramenta da Biblioteca Nacional me possibilitava não reproduzir uma leitura fragmentada da fonte, porque ela me permitia ver todas as páginas, ela me dava os metadados completos. Enfim, tudo isso eu acabei teorizando, alguns anos depois, no artigo sobre história digital com o professor Leonardo Nascimento. Os professores que foram formados em uma outra geração estavam ali no meu pé dizendo: “olha, não é para você amar totalmente a ferramenta, também não é para temer ela, mas você precisa ter cuidado”. E isso foi muito importante, porque a partir daquele momento eu percebi que mais gente começou a usar essa e outras ferramentas, e muitas passaram a ser, às vezes, o único caminho para se pesquisar. E se chegarmos a pandemia, o acesso remoto a essas fontes se tornou inescapável. Minha pesquisa, que é uma pesquisa de história social do pós-Abolição no Brasil, também é uma pesquisa que estuda o Caribe, estuda Trinidad e Tobago, mas eu precisei de métodos mistos porque as fontes de Trinidad e Tobago, por exemplo, não estavam digitalizadas dessa forma. Eu precisei ir ao arquivo. Fui ao Arquivo Nacional na Inglaterra, graças a uma bolsa sanduíche, recolhi essas fontes e fiz o trabalho. Porém com possibilidades reduzidas, comparativamente ao trabalho que eu fiz na Hemeroteca Digital. Após a defesa do doutorado, em 2016, eu me tornei professor da UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, no Campus dos Malês, aqui na Bahia onde sou professor de História da América até hoje. E aí eu acabei me aprofundando nesse debate, sobretudo com o professor Leonardo Nascimento, que era professor de metodologia da UNILAB àquela altura, e que depois passou para UFBA, onde montou o Laboratório de Humanidades Digitais¹ do qual eu também sou membro. E eu não tenho dúvida que foi ali com os debates, diretamente com ele, que é especialista já há muito tempo em Sociologia Digital que eu percebi que muitas daquelas questões que eu estava levantando não eram novas, necessariamente, e já havia uma literatura importante por trás partindo das nossas experiências, do Brasil, das pesquisas de história social, tinha muito a contribuir. Então a partir daí que eu entrei de vez em 2017-18 na pesquisa de História Digital, entendendo o que eram as Humanidades Digitais.

1 Disponível em: <http://www.labhd.ufba.br/>.

E estou aí, há uns cinco anos, pesquisando isso. Tanto que quase não me chamam mais para falar de carnaval. Agora só querem me chamar para falar de humanidades digitais. Eu gosto também, mas de vez em quando eu fico com saudade de falar sobre carnaval (risos).

Rita Maia - Então, quais seriam os Marcos que fundaram esse campo das Humanidades digitais? Este é um campo autossuficiente no Brasil? Existem referências de formação dentro e fora do Brasil?

Eric Brasil - Bom, eu acho ótima a pergunta, pois, como Historiador, queremos sempre fazer a história do campo em que estamos atuando. Eu acho que todo mundo que inicia, ou se depara pela primeira vez com um debate sobre Humanidades Digitais, tende a entender, ou achar, que ele é muito novo, porque nós estamos mergulhados nessa transformação social profunda que é a centralidade do digital nas relações sociais. Quando vamos estudando percebemos que ela também tem uma história longa. O termo Humanidades Digitais é recente para a história, porque ele vai surgir já no século 21 e vai se popularizar muito na década de 2010, principalmente com uma série de seminários e eventos e também com Manifesto das Humanidades Digitais,² que eu não vou arriscar a datar aqui para eu não errar, mas ele é um termo recente nesse sentido. Porém há uma longa história do uso dos computadores nas pesquisas em humanidades, e isso remonta lá aos anos 1950, com famoso e sempre citado projeto do padre Busa, em parceria com a IBM e que só finaliza nos anos 1970, se eu não me engano, uma codificação da produção do São Tomás de Aquino. Isso começa com um trabalho gigante de criação daqueles cartões perfurados para que possamos programar os computadores. Hoje esse é um trabalho reconhecido como pioneiro e tinha um grande aporte tecnológico da IBM, - e que durante muito tempo, também silenciou o trabalho das mulheres que estavam lá fazendo os cartões e todo o crédito vai cair só na conta do Padre Busa. Além disso, tem muitos outros caminhos de utilização dos computadores na História e nas Humanidades. Desde os anos 1960, com pesquisas de análise de dados seriais, e uma série de trabalhos da chamada Cliometria. E até os anos 1980 surgem vários estudos e revistas computação e História, principalmente focados no desenvolvimento de ferramentas e programas voltados pra História. Mas o que vai catalisar esse movimento vão ser os trabalhos de linguística, e o *boom* das digitalizações dos anos 1990. É uma virada importante nos anos 1990, com os grandes projetos de digitalização em massa de fontes e de livros. Isso vai começar a dar uma outra força para esse movimento, possibilitando pesquisas linguísticas de longa duração, os estudos de que eles chamam de Ngrams, as palavras repetidas e a história desses conceitos ao longo do tempo. Isso começa a crescer e ganhar muita força nos anos 1990. E nos anos 2000 temos essa virada, sobretudo com a web 2.0, dessa internet mais interativa, a ampliação das interfaces gráficas para usuários e depois o surgimento das redes sociais. Tudo isso faz com que você tenha uma explosão das pesquisas e que vai desembocar no que chamamos de Humanidades Digitais. É interessante perceber que há estudos que mostram uma queda no uso do termo Computação e História e o crescimento de Humanidades Digitais e História Digital, em livros, seminários,

2 Disponível em: <https://tcp.hypotheses.org/497>.

congressos. Há uma mudança nesse campo. E aí, sim, podemos falar de um campo que está se constituindo, mas essa constituição começa no fim do século 20, em muitos centros importantes. Talvez, um que tenha muito destaque (eu não vou arriscar falar porque vou deixar muita gente de fora) mas o centro lá nos Estados Unidos do Roy Rosenzweig, Center for History and New Media³, que depois desenvolveu o Zotero, uma série de ferramentas muito importantes na George Mason University. Eles têm uma produção muito importante pensando, a questão da abundância de dados e fontes no fim do século 20, nesse século 21 e de como lidar com esses novos volumes inéditos de dados. E aí você vai ver uma série de produções, de encontros e de congressos grandes que vão gerar livros. Agora, pensando no Brasil, tem uma história de trabalhos que utilizam o computador. Tem um livro legal novo que eu gosto que é do Adam Crymble que se chama *Technology and the Historian*, que fala que precisamos, mais do que definir a história digital, (e eu acho que isso serve para as Humanidades como um todo), precisamos fazer as suas histórias. Eu acho que, talvez, no Brasil, estamos no momento de precisar fazer essas histórias dos usos da tecnologia na historiografia e isso serve para as outras áreas. Você vê trabalhos, desde os anos 1980, que utilizam o computador, que vão lidar com bancos de dados. E aí falando sobre história da escravidão: os inventários, as digitalizações dos livros de paróquia e todo um trabalho da história oral que foi feito durante décadas, o trabalho do Tiago Gil lá na UnB que já tem um tempo longo. Então há uma história que precisa ser feita, mas temos visto muitos trabalhos surgindo com esse desejo da novidade, o que me parecer normal num campo em disputa, mas que precisa ser mais sustentado por uma história dessa historiografia. O campo das Humanidades Digitais é, hoje, bem consolidado no mundo, sobretudo no mundo do capitalismo dominante. Se pensarmos nos Estados Unidos e Europa ocidental, temos uma rede bem estabelecida, projetos de longa duração, laboratórios muito consolidados que têm produção de ferramentas e que tem cargos de engenheiro de projetos e coisas assim. Essas são perspectivas que ainda não estamos discutindo. E não tem financiamento para isso, não tem recurso para isso, não tem uma política pública ainda. Existem algumas iniciativas aqui, mas não podemos pensar em Humanidades Digitais sem pensar em desigualdades globais de acúmulo de capital e de poder. Por isso, é muito importante que possamos incorporar os debates sobre colonialismo de dados, sobre racismo algorítmico. E nisso, o Brasil tem produzido muito bem. Eu acho, que quando olhamos para Europa ocidental e para os Estados Unidos, eles vivenciaram aquilo que alguns pesquisadores chamam de “virada laboratorial”. Você vai ver um monte de laboratórios de Humanidade Digitais, - com esse nome ou não, nas grandes universidades europeias. Talvez o mais famoso seja da Universidade de Luxemburgo, o *The Luxembourg Centre for Contemporary and Digital History (C²DH)* que produz coisas incríveis e tem toda uma estrutura; e tantos outros. Há uma ampla variedade de laboratórios que tem essa perspectiva de ser um espaço teórico e metodológico, um espaço em que pesquisadores vão para construir pesquisas e para trabalhar colaborativamente, para ter acesso às tecnologias, às ferramentas e à formação. Bem no sentido de humanidades

3 Disponível em: <https://rrchnm.org/>.

digitais como uma comunidade de práticas, como diz Daniel Alves, do Laboratório de Humanidades digitais da universidade Nova de Lisboa. Então existe essa “virada laboratorial” que pode ser que estamos passando agora no Brasil. Tem uma série de laboratórios sendo criados, temos o Laboratório de Humanidades digitais da UFBA, que atualmente tem uma pesquisa reconhecida internacionalmente sobre os grupos de extrema direita no Telegram. E isso tem sido um carro chefe do laboratório, possibilitando a interação com diversos outros grupos internacionais e nacionais. O laboratório tem parceria com laboratório da Universidade Nova de Lisboa, com a FGV no Rio, que tem um laboratório importante; tem um laboratório da PUC no Rio. Enfim, eu vou acabar esquecendo vários, mas tem o Centro de Humanidade Digitais da Unicamp. E acabou de ser criado um laboratório de ensino e história digital na universidade de Roraima. Enfim, eu percebo que há um movimento em expansão. Tem os cursos tradicionais de metodologia lá em Minas e tem um monte de iniciativas bacanas como o mestrado de Humanidades Digitais na Universidade Federal do Rio de Janeiro. E é recente e formou as primeiras turmas agora, se eu não me engano. E aí, sim, é um mestrado específico voltado para as Humanidades Digitais que é profundamente multidisciplinar e interdisciplinar. E tem o IBICT com o LARHUD - Laboratório em Rede de Humanidades Digitais, sob a coordenação do Ricardo Pimenta. Enfim, eu acho que falta, talvez, mais a conexão entre esses espaços e uma política pública mais eficiente. Recentemente, foi criada a Rede Colaborativa para as Humanidades Digitais (Colab HD+). Com a participação de pesquisadores de vários centros e laboratórios, tem o pessoal de Natal, da UFBA, do Paraná, da UnB, do Rio e é uma rede que tem o intuito de mapear e compreender esse movimento para pautar a políticas públicas. Eles lançaram a Declaração de Pirenópolis⁴ com essa preocupação de construir essa rede que possibilite, com financiamento público, com o apoio do governo federal, compreender em que pé que estamos e avançar. Então, eu acho que existe esse contexto favorável, por outro lado, nos encontramos numa posição de desigualdade muito grande de produção desses recursos. Acabou de sair uma pesquisa que identifica que 80% das universidades brasileiras têm seus servidores nas mãos do Google ou da Microsoft e isso é um sinal de que, na verdade, carecemos de políticas públicas de acesso aberto, de ciência aberta, de software livre. Então, tem uma série de questões que escapam das competências e possibilidades dos docentes e pesquisadores apenas. São questões estruturais dessa desigualdade do capitalismo global de vigilância que estão todas interligadas: o caso das políticas de Segurança Pública utilizando o reconhecimento facial na Bahia e isso ser um grande reforço aos racismos e violências, que já constituem a sociedade, ou então a Secretaria de Educação de São Paulo que decide que não vai mais entregar livros para os alunos e eles só terão acesso a conteúdo virtual, como se a tecnologia fosse a salvadora. Então, assim, é uma série de elementos que na verdade formam essa nossa posição. A universidade está no meio disso e precisamos, de alguma forma, pautar esses debates, eu acho que é esse o momento em que estamos.

4 Disponível em: <https://zenodo.org/record/8030170>.

Rita Maia - Quais os trabalhos que você consideraria emblemáticos no campo das Humanidades Digitais no Brasil? E quais as perspectivas de avanço nessa área? Eric Brasil - Eu acho que é sempre difícil fazer essas citações e que sempre vai ficar alguma coisa de fora e depois eu vou lembrar. Há dois anos lá na UNILAB, em um projeto do PIBIC, desenvolvemos uma biblioteca pública de referências chamada História Digital⁵, mas ela abarca as humanidades digitais como um todo. Utilizamos o Zotero para construir essa biblioteca e ela está online e tem mais 500 e tantas referências que a gente organizou em categorias. Se eu quero saber sobre racismo algorítmico, se eu quero saber sobre as hemerotecas digitais, se eu quero saber sobre programação e história, se eu quero saber sobre sociologia digital, eu e duas bolsistas - a Ana Veloso e a Priscila Valverde -, criamos esse grande repositório que continuamos alimentando, com link, com tudo certinho para ser usado. Ali vamos achar pelo menos alguma indicação. Pensando em trabalhos em português, - e esse é um debate cada vez mais forte nas Humanidades Digitais, que é o seu anglo centrismo: e merece um comentário aqui também. Uma produção que é tradicionalmente escrita em inglês, e isso, como a gente sabe, é profundamente excludente e, ao mesmo tempo, não se lê as produções em outros idiomas. Há um grande movimento pelas humanidades digitais multilíngue. Tem uma importante escola de Historiografia Digital na Itália, tem na Argentina, fomentada pelo CONICET e tem a rede latino-americana de Humanidades Digitais. Foi publicado um dossiê especial na *International Journal of Humanities and Arts Computing* ano passado sobre Humanidades digitais na África. Precisamos romper com esse anglo centrismo da produção. Tem uma vasta produção na Finlândia, na Alemanha e aí a gente tem a questão da língua. Em português eu gosto muito de um trabalho recente do professor Leonardo que chama “Sociologia Digital: uma breve introdução”, que eu acho que serve na verdade para as humanidades como um todo. E que integra a Coleção Cibercultura, uma produção do Laboratório de Pesquisa em Mídia Digital, Redes e Espaço - Lab404, inclusive vale a pena olhar a coleção toda. Há outras compilações e coletâneas que também são boas, como a coletânea feita pelo pessoal da UNICAMP que se chama “Caminhos da História Digital no Brasil”, que é recente. Tem outra organizada pelo José da Assunção Barros que saiu pela Editora vozes que é a “História digital: a historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo”. Assim, tem uma série de artigos, dossiês de revistas. Eu acho que não posso deixar de citar – (e a gente sempre esquece pessoas...) o trabalho da Anitta Lucchesi que hoje faz parte da equipe do Tropy lá no C²DH de Luxemburgo, com um trabalho muito importante sobre história pública e história digital com a tese de doutorado dela. Enfim: tem os trabalhos do Tiago Nicodemos lá da UNICAMP e tem um monte de trabalhos e teses muito interessantes que estão sendo defendidas agora, como a do Pedro Telles da Silveira. Tem um trabalho que eu gosto muito, e que é pouco citado do Tiago Gil, da UnB, com o Juan Bresciano sobre historiografia digital, que está em espanhol, e que foi onde, pela primeira vez eu li sobre o cuidado de fazer uma heurística digital, de como que você tem que criticar as fontes a partir da sua nova constituição de fonte digital ou digitalizada. No geral, acho que

5 Disponível em: https://www.zotero.org/groups/2216280/histria_digital/library.

um bom caminho inicial seriam essas coletâneas de história digital que estão começando a surgir. Agora, em inglês, tem toda uma série de publicações, como série de livros *Debates in the Digital Humanities*, o “clássico” *A Companion to Digital Humanities* lá de 2004, e as publicações das conferências de humanidades digitais da ADHO que acontecem há décadas. E acho que deveríamos começar a ler os italianos com *Historiografia Digital*, os alemães estudo isso, assim como eles deveriam ler as produções da América Latina, mas ainda um corte geográfico, político e linguístico muito forte.

Rita Maia - Existiria, realmente, uma separação entre a historiografia Digital e outra historiografia?

Eric Brasil - Esta é uma questão que inicia muitos debates. Às vezes eu começo falando isso. Todo historiador é historiador digital hoje? Ou não? Todo mundo vai ter que ser programador para fazer história? Ou Museologia? Ou Sociologia? Esses são debates que sempre voltam. Eu acho que eles são muito importantes. Mesmo que não chegando a uma resposta definitiva, mas eles estão colocando um problema que eu acho que não dá mais para gente postergar, que é enfrentar isso de forma direta. E isso é realmente uma questão que gera incômodo. Não quer dizer que quem use métodos digitais vai fazer um trabalho melhor. Não é isso, ninguém está falando isso. É pelo contrário. Estamos vendo, na verdade, um uso muito descuidado e que gera, na verdade, argumentações, conclusões e interpretações da realidade, do passado, muito enviesadas em função de elementos que escapam do seu controle: os algoritmos, os motores de busca, as Inteligências Artificiais generativas. Isso pode gerar compreensões e construções epistemológicas enviesadas, se você não tiver o cuidado e conhecimento técnico mínimo. Então eu acho que temos, nesse momento, enfrentar esse debate. Como isso vai ser feito é o que varia. Voltando para a pergunta: se há uma diferença? Eu acho que existe uma diferença ainda, pois quando falamos em história digital, estamos falando sobre como, conscientemente, eu estou adotando uma postura teórica e metodológica que vai levar em conta aspectos profundos dessas relações entre pesquisador e o tal do digital, o mundo digital. Eu ainda acho importante existir o termo história digital, mas eu não sei até quando ele vai continuar sendo útil. Marta Abreu que sempre dizia para os alunos dela lá da UFF, de História, que um conceito é bom quando ele te faz fazer perguntas interessantes. Então, por enquanto, eu acho que a História Digital ainda é um termo, não sei se seria um campo estabelecido, uma área, mas ele ainda é útil para colocar uma questão, que é a necessidade de uma reflexão criteriosa, aprofundada sobre dados, métodos e ferramentas digitais na sua produção de conhecimento. Talvez, daqui a algum tempo isso perca o sentido. A partir do momento que conseguirmos incorporar de forma efetiva essas reflexões na formação de todas as áreas das humanidades, talvez perca o sentido de ter esses campos tão distintos. Porém, hoje, o que vemos é que ainda precisa para fomentar o debate, para colocar esse debate na mesa, para falar de humanidade digitais, de história digital, sociologia digital, antropologia digital etc. Muitas pessoas vão dizer, “mas a gente já usa banco de dados a 40 anos”. Verdade! O que que mudou, então? É que agora temos um volume de dados inédito, ferramentas e computadores muito mais potentes e

acessíveis mediando todas as etapas da nossa atuação profissional. Precisamos fazer uma reflexão mais cuidadosa sobre isso. E eu acho que existem alguns caminhos que deveríamos defender com mais força nas universidades; pautando políticas públicas. Sobretudo, o uso de software livre, a defesa de uma ciência aberta, colaborativa, interdisciplinar. Eu acho que isso é um primeiro passo para enfrentar essa questão. Por que eu digo isso? Porque continuamos sendo muito dependentes de softwares proprietários, das Big techs, que obviamente vão nos oferecer ferramentas muito bem-acabadas para o uso, porém que são ferramentas cercadas por uma caixa preta. Tem esse debate do Black Box nas humanidades digitais. Se eu uso um motor de busca ou compro Excel, mesmo; se eu uso como um editor de planilha, que eu não sei quais as decisões técnicas (que são decisões políticas, sempre) que informaram a construção do código daquela ferramenta, eu não tenho muita condição de avaliar se aqueles resultados que estão sendo retornados para mim, condizem com a minha perspectiva teórica. Isso fica mais evidente quando falamos de buscadores, como o Google, ou seja: o que tem por trás desse resultado que aparece para mim? Esse debate é importante. Quando usamos e falamos de código de software livre, de programas de código aberto, com licenças de reuso, estamos defendendo, na verdade, uma maior transparência nos métodos. Acho que esse é outro ponto crucial: a transparência dos métodos, o cuidado desses métodos e dos dados gerados por eles numa pesquisa, sobretudo financiadas com dinheiro público. Esses dados são passíveis de serem reutilizados, de serem avaliados, de serem escrutinados e serem encontrados. Então, tem uma série de questões sobre as quais já tem literatura, já tem um debate. O que eu acho é que as Universidades como todo, e mais as políticas públicas no geral, precisam começar a incorporar. A questão piora com a questão da Inteligência Artificial Generativa, que vai engolir tudo isso. E aí, a gente ainda nem conseguiu debater direito sobre essa primeira parte e os chats GPT da vida vão passar por cima de tudo. E, mais uma vez, gente vai correr para não deixar esse prejuízo ficar muito largo.

Rita Maia - Por reconhecer o poder das Big Techs e das IA para criar a realidade, situações e contextos que escapam da nossa determinação ou autodeterminação enquanto sociedade, grupo até mesmo indivíduo há um caminho para escapar dessa sujeição. Como escapar dessa teia, digamos, dessa rede ou dessa armadilha bem montada que nos prende dentro de uma caixa preta de poder e controle que está sendo estabelecida pelas Big techs. Quais os caminhos possíveis para que escapar dessa sujeição?

Eric Brasil - É uma questão, ou dilema muito difícil. Eu acho que precisamos ter duas esferas, também falando muito sobre a nossa posição como docentes universitários, e também como formadores de gerações de profissionais e agentes públicos e etc. Então nós temos esse nível, que é o nível da necessidade de uma atualização, realmente substancial, dos currículos de formação. Isso passa por uma formação dos próprios docentes. Eu acho que é muito importante que isso seja feito de forma colaborativa entre os laboratórios, e que isso seja feito de forma transparente e pública, e que isso respeite critérios éticos, e que sejam debatidos pelas comunidades universitárias. Enfim, uma série de questões que passam por

aí, mas tem outras que passam, muito, por políticas públicas federais e estaduais. Então, precisamos que os nossos representantes não só sejam escolhidos de uma forma que leva em consideração esse debate, mas que eles, também, pautem esse debate. Estamos vendo agora, por exemplo, o Ministério da Igualdade Racial promovendo um seminário sobre racismo algorítmico; você tem o Ministério da Gestão e Inovação tentando tornar os aspectos de tratamento dos dados mais transparentes. E temos ainda, por exemplo, lacunas enormes no acesso e na transparência dos dados do próprio governo. Então, existe uma esfera de mudança de toda uma cultura da sociedade para lidar com esses dados. Por exemplo, seria muito importante a criação de APIs públicas dos nossos acervos e dos arquivos públicos. O que é uma API (*application programming interface*)? É uma forma de você acessar os dados utilizando uma linguagem de programação, solicitando para aquele repositório os dados que você quer, e ele vai te entregar de uma forma automatizada, organizada. Por exemplo: se eu quiser saber sobre todo o acervo catalogado num determinado Museu. Como é que eu faço isso? Eu sendo pesquisador? Eu vou visitar, ler o instrumento de busca, entrar em contato com o setor responsável, vou ter que solicitar esses dados que muitas vezes já existem organizados internamente, mas sem uma forma de serem disponibilizados. Acho que o estabelecimento de APIs públicas de acesso seria um movimento importante. Então, eu vou acessar isso online, como muitos arquivos já têm plataformas de busca e vou dizer: eu quero todos os dados referentes aos quadros que estão no acervo da UFBA, por exemplo. E aí ele vai me dar isso de uma forma organizada, catalogada. O trabalho dos servidores públicos é gigante, monumental e muitas vezes, beira o heroico no contexto da realidade brasileira. Principalmente nos últimos anos e nos últimos governos. Então eu só tenho aqui que valorizar o trabalho dos servidores como um todo. Ao mesmo tempo, os servidores teriam muito mais vantagens e muito mais rapidez e muito mais eficiência no trabalho se tivéssemos uma política de APIs públicas. Então, eu vou entrar na Hemeroteca Digital Brasileira, vou entrar na Biblioteca Nacional Digital e vai ter um programa de computador que permite que eu acesse aqueles dados de forma remota, e baixe os dados que eu quero; os metadados, na verdade, para fazer as minhas pesquisas. Vou acessar a API e dizer: “eu quero todos os periódicos da Bahia entre 1900 e 1930 e ele vai me dar os dados.” Mesmo em relação às questões de direitos autorais não teria muito impacto, pois estamos falando de acessar dados públicos, sobretudo os metadados dos acervos. E isso não é nada fora do normal, porque os dados já existem, porque os trabalhadores, os servidores, estão trabalhando neles há décadas e está lá tudo organizado, pensado, catalogado. O que falta é uma política pública mesmo com financiamento, investimento e capacitação a médio e longo prazo. E isso tem que ser feito, também, prezando pelo interesse público. Acho que esse é um caminho legal até para que as Universidades, os centros de pesquisa possam desenvolver pesquisas com métodos digitais mais sofisticados. Esse é um exemplo que eu sempre dou em relação a Hemeroteca Digital Brasileira, eu venho finalizando o pós-doutorado agora com uma pesquisa sobre isso, as interfaces dos repositórios da Hemeroteca Digital Brasileira e Portuguesa. Não conseguimos aplicar, nesses repositórios, métodos muito sofisticados das Humanidades

Digitais por conta do caráter dos repositórios. Então eu não consigo trabalhar com os dados em massa, eu não consigo ter acesso a esses dados para pensar mudanças ao longo do tempo. E isso envolve uma série de questões de como foram os processos de digitalização, organização e disponibilização desses dados. Ou seja, têm diversos níveis de atuação nessa questão, e eles precisam estar dialogando. O Governo precisa ouvir as Universidades e os pesquisadores. E não só as Universidade, mas também todo o arcabouço de conhecimento teórico e técnico desenvolvido pelos servidores das instituições arquivísticas e museus desse país que por muitos anos foram silenciados, desvalorizados, e mesmo perseguidos em governos anteriores. Também existem inúmeros grupos da sociedade civil que poderiam contribuir com o debate, grupos que trabalham com formação digital, segurança de dados etc. Eu acho que seria mais ou menos nesse sentido, apesar de ser uma mudança que vai levar muito tempo, mas precisamos iniciar esse caminho.

Rita Maia - E como está o desenvolvimento da pesquisa da história em termos de erros e acertos com essa quantidade de dados gerados por buscas em plataformas digitais? Então, como produzir acertos na pesquisa com o digital?

Eric Brasil - É sempre difícil falar de modo geral de erros e acertos, porque este é um campo em que não conseguimos acompanhar tudo que está acontecendo, mas é interessante pensar que estamos lidando com essas novas fontes e com esse volume inédito de dados, sem termos passado por um processo de formação específico para isso. Então, de certa forma, isso acaba fazendo com que tenhamos que se virar com o que temos e nos formar da melhor forma possível para desenvolver os métodos vamos utilizando. Ao mesmo tempo, tenho notado em conversas, cursos, seminários, um interesse crescente em aprofundar esse debate, seja por parte de professores quanto de estudantes. Recentemente, finalizamos uma pesquisa na UNILAB com o foco principal de aplicar um questionário com os docentes de cursos de História de Universidades da Bahia, pensando em como que eles utilizavam, ou não, os acervos digitais e como lidavam teórica e metodologicamente com isso. Enviamos uma centena de formulários e tivemos uma taxa de resposta normal de 25%, por aí. O que percebemos na pesquisa, desenvolvida pela bolsistas PIBIC Ana Veloso e Priscila Valverde, foi que boa parte dos docentes, uma porcentagem elevada, utilizava esses repositórios digitais há mais de cinco anos ou entre três e cinco anos, ou seja, a mais tempo do que a pandemia. Essa foi a nossa primeira constatação, que não foi a pandemia que colocou os pesquisadores ali. Pode ter ampliado, mas eles já pesquisavam há muito tempo. Muitos deles indicavam que desenvolviam, a partir da sua própria experiência, reflexões metodológicas sobre aquele uso. E na parte final percebemos, também, que essas reflexões metodológicas, muitas vezes, estavam replicando ou emulando o que a fazemos na nossa pesquisa analógica. Esse é um ponto que sempre é discutido: é suficiente tratar dados digitalizados digitais e nato-digitais com os mesmos métodos, com as mesmas ferramentas que analisávamos o papel que pegava para estudar? Entendemos que não. É necessária uma formação técnica - e isso não quer dizer que vamos ter que virar programador, - mas precisamos incorporar, na caixa de ferramentas da nossa profissão, outras capacidades

técnicas para fazer análise crítica daquela fonte. Já que nós, historiadores, somos os chatos da análise heurística das fontes, precisamos, agora, de outras ferramentas para analisar, por exemplo, um processo do SEI que nasceu digital, ou compreender que um resultado de pesquisa que eu faço numa interface gráfica como a da Hemeroteca Digital Brasileira, vai ser um e uma pesquisa que eu faço no acervo de outro lugar, vai ser outro. Porque eles têm outros elementos técnicos por trás de suas interfaces gráficas. As buscas são feitas a partir do quê? Do texto digitalizado e transcrito por OCR - reconhecimento automático de caracteres? Ou as buscas são feitas nos metadados, preenchidos por servidores ao longo de décadas? Se isso é feito, quais são esses metadados? E quais escolhas foram feitas na sua elaboração e incorporação no banco de dados digital que serve de base para a busca? Então há uma série de questões que precisamos, agora, incorporar. No final do questionário aplicado, nós tínhamos perguntas sobre formação; perguntas sobre interesse em formação e se os cursos, atualmente, davam conta dessas questões. Então, a maioria respondeu que não dá. Ao mesmo tempo, todos eles, 98%, tem interesse em receber formação especializada. E aí, foi ver que o interesse maior era em análise de conteúdo de texto, georreferenciamento, uma série de caminhos bem avançados nas Humanidades Digitais, que mostra que os professores e professoras querem se formar. Eu acho que já passamos dessa fase da resistência, da fobia. Na verdade, precisamos incorporar esse debate de forma mais transparente, de forma mais colaborativa. E, de novo, na minha perspectiva de história social, com as humanidades na frente do digital. O digital tem que estar a serviço das nossas reflexões teóricas e metodológicas também e subordinadas a elas, ao nosso escrutínio crítico. Então, acho que é meio nesse sentido. E só para encerrar essa parte, sobre essa questão do volume de dados. Antigamente, pegávamos algumas metodologias, como a micro história, por exemplo, ou estudos de trajetórias de sujeitos das classes trabalhadoras e encontrava poucas fontes para trabalhar, era preciso um grande esforço para arrancar o máximo das poucas páginas que tínhamos. Agora temos visto uma mudança, uma guinada para um caminho em que gente vai buscar uma personagem na Hemeroteca Digital Brasileira e vai encontrar quatro mil artigos no jornal citando essa pessoa. E agora? Ou então, eu estou trabalhando com o Twitter ou trabalhando com relatos num microblog de comunidades periféricas de São Paulo. Como é que vamos lidar com 10 mil posts, 50, 100 ou então um milhão? Como vamos lidar com isso sem cair na desumanização dos números dessas fontes? Porque, dialogando com a antropologia, a sociologia, a história conseguiram nas décadas de 1970 e 1980 olhar para as relações sociais de uma forma em que os sujeitos passaram a ser protagonistas da sua história. Se usarmos o digital hoje para se afastar disso, para mim não é interessante. Agora, temos um milhão de *tweets*, esse milhão gera um grafo colorido, lindo de relações entre aqueles perfis na rede social. É importante fazer o grafo, gerar a visualização, mas por outro lado, se isso afasta a nossa interpretação das relações sociais humanas, não é a história que eu fui formado para fazer e nem tenho muito interesse. Então, eu acho que agora o desafio é ultrapassar o uso dessas ferramentas e dessas metodologias e avançar para uma reflexão, também, epistemológica sobre como produzir um conhecimento que

seja condizente com as suas perspectivas teóricas, utilizando essas ferramentas. Eu acho que, talvez no Brasil, ainda estamos no momento de precisar criar ferramentas para coletar dados. Aqui no LABHDUFBA fizemos muito isso, para baixar os dados do Scielo, ferramenta para coletar dados na Hemeroteca Digital Brasileira, da ANPUH, da ANPEDE, ANPOC etc., e nós gastamos muito tempo tendo que fazer ferramentas para coletar esses dados. Agora, precisamos gastar tempo com reflexão teórica e epistemológica. Isso é um dos lemas aqui do laboratório, sobretudo, com a coordenação do professor Leonardo Nascimento e do Paulo Fonseca. Não podemos ficar gastando muito tempo mais fazendo ferramenta, porque a gente nem é formado para isso. Talvez aí se veja a importância de o laboratório contar com programadores, contar com designers, contar com várias áreas para que possamos contribuir com o que temos de melhor. No caso dos historiadores, agora, o desafio central vai ser encontrar relevância na abundância de dados. O que é relevante em um milhão de tweets? O que é relevante em 10 mil artigos de jornal? Então, o historiador é formado para encontrar essa relevância, fazer as redes, fazer a interpretação do passado. Somos mais úteis do que nunca nesse momento. Acho que estamos nessa situação agora.

Rita Maia - Que desafio! Vocês estão trabalhando em duas vertentes! Um dos desafios da Museologia, também, é buscar a relevância do que seja colocado dentro de Museus. Na verdade, a relevância não vai deixar de ser nunca uma narrativa. E como as instituições de preservação do patrimônio, ao lado dos repositórios elaborados por elas, podem contribuir para que a historiografia dos tempos atuais? Onde que esses repositórios dessas instituições podem melhorar do ponto de vista de facilitar a vida do pesquisador?

Eric Brasil - A maior questão é a política. Eu defendo que os dados precisam ser publicizados de forma, não só transparente, mas eles precisam ser passíveis de serem encontrados e acessados. Um dado que não é encontrável, não tem nenhuma relevância. Isso acontece conosco em casa, vamos ter 10 mil fotos e nós não conseguimos saber sobre o que elas são. Precisamos disso para nossa pesquisa individual e serve como política pública. Não estou aqui tentando ensinar Museu e arquivo fazer o trabalho, pelo contrário, eles que nos ensinam. Eu estou falando em função das próprias produções e reflexões dessas áreas. Esses dados precisam estar disponíveis, junto de seus metadados, permitindo que os pesquisadores os acessem, os recuperem e os retomem a qualquer momento. Essas melhorias afetam as pesquisas, mas também na própria vitalidade das instituições arquivísticas e de memória. Eu não tenho dúvida de que quando temos uma política de preservação associada com uma política de acesso, que seja bem integrada, isso fomenta a pesquisa de uma forma absurda. Tem umas pesquisas interessantes sobre os jornais no Canadá, que estão no livro do Ian Milligan sobre a internet, a história da internet, e que mostram que a partir do momento em que um conjunto de jornais foi digitalizado e publicizado, as pesquisas, teses e dissertações sobre esse acervo cresceram enormemente, deixando de lado uma série de outros acervos que não estavam digitalizados. Não há dúvida de que facilitar o acesso de forma controlada, nas mãos das próprias instituições públicas e não transferir isso para empresas privadas, possibilita que tenhamos um acervo que seja consultado constantemente, pesquisado de

forma que isso gere resultados que vão trazer benefícios para a própria instituição e para a sociedade como um todo. Um dilema que enfrentamos é que, muitos dos dados produzidos hoje, são produzidos dentro de plataformas privadas. A nossa própria vida está nas redes sociais como o Instagram, WhatsApp, Telegram, o Twitter, etc. Produzimos dados sobre os nossos passos, sobre a nossa vida, nossos vestígios digitais, dentro de uma plataforma privada que tem seus termos de uso. Esse é um desafio muito grande para as pesquisas sobre o tempo presente e ainda mais para o futuro próximo. Então, ao mesmo tempo que nós temos uma abundância inédita [de dados] nós temos o constante risco da perda total desses dados. Podemos ver o exemplo do Orkut, outras redes sociais em que vidas inteiras foram registradas e que não temos mais o acesso agora. Para um Historiador que estuda o século 19 achar o diário de alguém em papel dentro de um arquivo é maravilhoso. E o diário, hoje, é o Tik Tok. E como é que vamos acessar? Então existe essa dificuldade. Durante muito tempo a biblioteca do Senado nos Estados Unidos coletou todos os tweets. Tem um banco de dados até 2016, se eu não me engano, com o Twitter inteiro, porque eles iam coletando em tempo real, praticamente, só que por uma série de questões legais e políticas eles pararam a partir de 2017. Então como fazer isso? A Biblioteca Britânica coleta os sites que possuem registro de domínio nacional e preserva em seu acervo. Então, tem uma série de questões que precisamos debater, na verdade. E não só dos artefatos materiais, dos celulares antigos, dos disquetes, os pendrives em breve [não] vão estar aí, porque usamos nuvem, etc. Os computadores que são artefatos históricos muito importantes, mas também os próprios acervos e arquivos digitais que vão mudar de formato e não vamos conseguir acessar. Então, como lidamos com isso? Qual vai ser a política pública para isso? Precisamos criar alternativas criativas, abertas, públicas para nossas instituições. Não adianta muito cada instituição fazer o seu, porque isso vai gerar, na verdade, uma multiplicidade de formatos que vai criar novas dificuldades. É por isso eu acho importante defender o Ministério da Ciência e Tecnologia forte, a valorização dos órgãos como o IBICT e as demais instituições arquivísticas e de memória desse país. Eu acho uma iniciativa incrível a Rede Colaborativa de Humanidades Digitais, ela pode ser um caminho para pautar esses debates. Seria importante que tivéssemos um conjunto de ferramentas, de APIs públicas do governo federal, transparentes, para acessar; que tivesse formação para os professores, para os docentes e instituições e participação de organizações da sociedade civil para que isso chegue também nas escolas públicas, nos centros comunitários, nas associações de bairro, enfim, um movimento em cascata. Mas você disse uma coisa que é legal, que estamos trabalhando em duas frentes. Estamos mesmo! E fora as diferentes atividades tradicionais de ensino, de sala de aula etc. E eu não queria passar sem falar do *Programming Historian* que é uma revista internacional multilíngue que publica em inglês, francês, espanhol e português. Eu sou um dos editores e faço parte por conta de uma parceria do Laboratório de Humanidade Digitais da UFBA, com o Laboratório da Universidade Nova de Lisboa que iniciou junto com o Laboratório FGV no Rio, a versão em português, que tem o Daniel Alves, da NOVA de Lisboa como editor chefe. Ali temos uma série de lições, tutoriais e artigos metodológicos escritos por pesquisadores e pesquisadoras,

voltados para os seus problemas de pesquisa que são publicados com revisão por pares em um processo todo aberto, todo transparente e público, e que é uma dessas iniciativas de criar materiais para possibilitar uma formação metodológica, mas que está profundamente conectado com as pesquisas e as reflexões teóricas. Assim, tem muita coisa para fazer. E eu acho que é um caminho em que estamos avançando, mas precisa de investimento, financiamento, precisa de capacitação e valorização dos profissionais da área.

Rita Maia - Você não consideraria que a difusão desses acervos e dos documentos poderia ser planejada de uma forma mais amigável? E assim, podendo impactar na maneira como as pessoas, os grupos sociais e as comunidades vêm a sua história, concebem essa história e a sua identidade coletiva?

Eric Brasil - Eu acho que, como eu disse antes, quanto mais transparência e difusão, melhor. O que condiz com o próprio objetivo final das instituições de memória, de salvaguarda dos acervos e dos arquivos. Um ponto que eu acho que precisamos ter um pouco mais de cuidado é: se a gente pegar a Biblioteca Nacional ou o Arquivo Nacional o que temos digitalizado hoje desses acervos, é ainda uma parte ínfima. Existe ainda um trabalho de digitalização monumental a ser feito, e isso demanda tempo, dinheiro, equipamento e formação. Ao mesmo tempo, essas instituições têm que lidar com uma série de outras demandas públicas de fornecimento de dados, ao pensar o Arquivo Nacional, de certidões, de monte de outros elementos e que tem um volume enorme de responsabilidades. E que durante um bom tempo, nos últimos anos e sobretudo a partir de 2016 com o golpe sobre a presidenta Dilma, esses arquivos, como um todo, sofreram cortes ainda maiores. Não que antes eles fossem muito financiados e que tivessem dinheiro sobrando, mas com certeza depois de 2016, não só aspectos de investimento, de financiamento, mas também as próprias questões de gestão, de assédio e de impedimentos para se exercer o mais básico da profissão dentro dessas instituições federais, principalmente, ou também instituições estaduais como o caso do Arquivo Público do Estado da Bahia, constantemente sendo alvo de ameaças de leilão e despejo. Como que se trabalha num contexto desse? Dito tudo isso, sem dúvida: eu entendo que esses arquivos e esses servidores sabem da importância de colocar isso de forma pública e acessível. Ao mesmo tempo, existem limitações estruturais que foram aprofundadas nesses últimos anos, que torna isso muito difícil. Ao mesmo tempo, eu vejo um contexto favorável com o início das novas gestões que assumiram instituições federais com o novo governo Lula. Sobretudo, no Arquivo Nacional, com a nova Diretora Geral e sua equipe e a Biblioteca Nacional, percebo que há um esforço grande em valorizar não só a preservação, mas a difusão e o acesso a esses acervos tão fundamentais para a sociedade brasileira. Existe uma série de ações importantes, mas todas elas dependem de muito investimento, como, por exemplo os editais de pesquisa da Biblioteca Nacional, os prêmios do Arquivo Nacional para publicações, a Revista Acervo e uma série de ações educacionais e parcerias variadas promovidas por esses órgãos. Mas tudo isso demanda investimento, tempo, pesquisa, capacitação e valorização dos servidores.

Rita Maia - Nós da Museologia, lidamos muito com a materialidade das coisas. Gostaria que o senhor falasse um pouco de experiências que acha interessantes para a preservação da história material através da cultura digital.

Eric Brasil - Eu acho que nós precisamos, antes de mais nada, é buscar a valorização dos profissionais da área da Museologia que sejam capazes de construir teorias para embasar esses novos momentos, de novos movimentos de preservação. Mas também, precisamos avançar nas reflexões sobre a técnica. Por exemplo, existem vários projetos de utilização de técnicas de 3D em museus. Não só de tornar aquele objeto, um objeto que já existe, numa figura 3D, capaz de ser estudada, de ser representada em outros espaços e servir como um elemento dessa difusão do conhecimento, mas também a utilização de técnicas de reconstrução 3D para elementos materiais que já não temos acesso. Ou ainda do desenvolvimento de programas e exposições com realidade virtual ou realidade aumentada, sem entrar nos debates sobre inteligência artificial – pois daria outra entrevista! Tem uma série de possibilidades de trabalho onde os conhecimentos técnicos potencializam a nossa capacidade criativa para pesquisa científica. Sem conhecimento técnico mínimo, dificilmente eu vou conseguir elaborar uma nova pergunta, terei maiores limitações na hora de imaginar novos caminhos. E isso serve para as Humanidades como um todo. Talvez um esforço multidisciplinar, uma aproximação com designers, com programadores, com a área de comunicação, com o pessoal da história pública, seria um caminho interessante. Mas para desenvolver projetos interdisciplinares que envolvam técnicas 3D, realidade virtual etc., precisamos de muito investimento. Tem que ter equipamentos para trabalhar com realidade virtual, com realidade aumentada, tem que ter máquinas potentes, projetores, uma estrutura de ponta. E tudo isso nos faz cair naquele debate lá no início da entrevista, das desigualdades globais, do capitalismo. Não dá para separar as duas coisas...

AGRADECIMENTOS

Agradeço mais uma vez ao professor Eric Brasil e em extensão à UNILAB – Malês e ao Grupo do LABHDUFBA – Laboratório de Humanidades digitais da UFBA, pela atenção ao nosso convite e por sua contribuição significativa e generosa ao nos conceder essa entrevista, trazendo à luz suas experiências ao longo de sua carreira dedicada a História e ao avanço das Humanidades Digitais no Brasil. Seu relato, rico em detalhes, revelou não apenas os desafios ao longo do seu caminho de pesquisador, mas indicou as formas de superá-los, demonstrou também o quanto as políticas públicas de inclusão são necessárias para oportunizar avanços por uma ciência mais acessível, mais cidadã, mais participativa e mais contemporânea à realidade social em que se insere. O professor Eric demonstrou uma abordagem aberta e acessível durante toda a entrevista, compartilhando suas visões e insights valiosos de maneira generosa, acolhedora e desprovida de vaidades, comum à todo cientista que é profundamente comprometido com o seu labor. Sua disposição (e a do seu grupo) em compartilhar seu conhecimento, experiência e para contribuir com a comunidade de pesquisadores é verdadeiramente louvável. Mais uma vez, expressamos nossa profunda gratidão ao Professor Eric Brasil por sua contribuição valiosa e estamos certas de que seu depoimento é enriquecedor para os nossos esforços contínuos pelos avanços nos estudos sobre a Museologia e a cultura digital. Sua paixão pela pesquisa e seu compromisso com a excelência acadêmica são fontes de inspiração para todos nós. Obrigada!